



global witness

Global Witness Nota de Imprensa, 4 Agosto de 2009

Angola: accionistas de empresa petrolífera privada têm o mesmo nome de altos funcionários do governo

Uma empresa petrolífera privada em Angola, autorizada pela empresa petrolífera estatal **Sonangol** a licitar por direitos petrolíferos potencialmente lucrativos, tem accionistas com o mesmo nome do presidente da Sonangol e de outros altos executivos do governo, conforme tomou conhecimento a Global Witness.

Angola é o segundo maior país produtor de petróleo na África Subsariana, mas a maioria da sua população ainda vive em condições de extrema pobreza. A Global Witness, uma organização não-governamental anti-corrupção que centra a sua actividade na fiscalização da exploração de recursos naturais, tem demonstrado preocupações sobre a corrupção flagrante no sector petrolífero angolano desde 1999.

A Sonangol é uma empresa reguladora do sector petrolífero de Angola e concede licenças a companhias interessadas em explorar as enormes reservas de petróleo e gás do país. Em Dezembro de 2007, a Sonangol publicou uma lista de companhias pré-seleccionadas para concorrer a licenças petrolíferas.¹ **A Sociedade de Hidrocarbonetos de Angola (SHA)**, uma empresa privada pouco conhecida, era um dos nomes incluídos nessa mesma lista.

Um registo da SHA no Diário da República de Angola, ao qual a Global Witness teve acesso, designa, com efeitos a Agosto de 2007, como sendo um dos seus accionistas Manuel Domingos Vicente, que é também o nome do Presidente do Conselho de Administração da Sonangol. Adicionalmente, outros accionistas da SHA têm o mesmo nome de conselheiros presidenciais e de um antigo Ministro das Finanças.²

“Caso se confirme que os funcionários públicos em questão são também, de facto, accionistas da SHA, é admissível que a Sonangol esteja a usar abusivamente o seu poder regulador para ajudar uma empresa privada cujos donos incluem o próprio presidente da mesma Sonangol,” disse Diarmid O’Sullivan, um activista da Global Witness.

A Global Witness enviou uma carta ao presidente da Sonangol, Manuel Vicente, para esclarecer se ele foi de facto um dos accionistas da SHA. A carta foi entregue na sede da Sonangol em Luanda, e o recibo de entrega foi assinado por um funcionário no local. Até ao momento, a Global Witness ainda não recebeu nenhuma resposta.

“Assim que a economia mundial comece a recuperar, esperamos assistir a uma competição cerrada pelo acesso a petróleo e minérios em países em desenvolvimento tais como Angola. Caso não exista uma explicação clara para os factos, o caso em questão põe em evidência o risco de que membros de governos corruptos ou pessoas que lhes sejam próximas possam tentar enriquecer através do sistema de concursos públicos, apresentando-se sob a designação de companhias supostamente privadas e com a conivência das entidades reguladoras,” disse Diarmid O’Sullivan.

À data de Agosto de 2007, entre os accionistas da SHA também se incluíam³:

- Manuel Vieira Helder Dias Junior. Um alto conselheiro para assuntos militares do Presidente Eduardo dos Santos de Angola, conhecido como “Kopelipa”, tem exactamente o mesmo nome.
- Jose Pedro de Morais Junior. Em Agosto de 2007, o Ministro das Finanças de Angola era um homem com esse mesmo nome.
- Leopoldino Fragoso do Nascimento. Um antigo ministro do governo que foi Chefe de Comunicação do Presidente Eduardo dos Santos tem o mesmo nome. No entanto, a Global Witness não conseguiu apurar qual a era a função do antigo ministro em Agosto de 2007.

A Global Witness escreveu uma carta ao conselheiro “Kopelipa” e ao antigo ministro Fragoso do Nascimento, perguntando se eles foram alguma vez accionistas da SHA. Até o momento, nenhum dos dois respondeu. Não foi possível à Global Witness encontrar um endereço para o antigo Ministro das Finanças Morais Júnior, não tendo assim sido possível contactá-lo para perguntar se ele também teria sido um accionista na empresa. Assim sendo, a Global Witness acolheria de bom grado qualquer esclarecimento da parte do Sr. Morais Júnior sobre esta questão após a publicação desta nota de imprensa.

Corrupção e pobreza

Estas constatações da Global Witness não surpreenderão ninguém que esteja atento a temas angolanos. Apesar de o governo de Angola ter assinado e ratificado a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, e assim sendo seja teoricamente oposto à corrupção, um relatório sobre Angola do Departamento de Estado dos EUA datado de 2008 descreveu a corrupção de funcionários do governo como um “problema grave” e acrescentou que: “os ministros e outros altos executivos detiveram frequente e publicamente interesses em empresas reguladas pelos seus próprios ministérios ou que faziam negócios com eles”⁴

Angola recebeu milhares de milhões de dólares de receitas de petróleo desde o fim da longa guerra civil em 2002, mas, em Setembro de 2007, o Fundo Monetário Internacional concluiu que: “A pobreza continua profundamente enraizada com índices de mortalidade materno-infantil, instrução, saneamento e acesso a água potável para a maioria da população piores do que os de outros países africanos com um rendimento per capita semelhante.”⁵

Um relatório de 2008 da organização não-governamental Save the Children concluiu que Angola tinha o pior índice de redução da mortalidade infantil do mundo em relação ao rendimento nacional do país. A taxa de mortalidade infantil de Angola é apenas ligeiramente inferior à da Serra Leoa, um país quase três vezes mais pobre.⁶

O plano de Angola para concessão de licenças petrolíferas para exploração em 2007/2008 foi prorrogado para uma data indeterminada.⁷ “A Sonangol decide quais empresas que obtêm quotas em cada licença, e assim uma empresa petrolífera estrangeira poderia ser solicitada a aceitar a SHA como parceira local. Se os accionistas da SHA são de facto funcionários públicos, isso traria riscos de reputação e possivelmente legais para a empresa estrangeira envolvida,” disse O’Sullivan.

Tendo em vista restringir abusos de poder na concessão de direitos ao acesso à exploração de recursos naturais, a Global Witness apela ao estabelecimento de um padrão global para concursos públicos, que permita aos cidadãos dos países em questão verificar quem está a licitar, esclarecer quanto pagam por estes direitos e assegurar que os contratos entre empresas de recursos naturais e os governos sejam publicados na íntegra.

“Esta é a única forma de garantir que as regras estejam a ser seguidas no interesse público” disse O’Sullivan. “Os países consumidores também têm um papel a desempenhar. Estes devem seguir uma linha de conduta muito mais firme contra as empresas nacionais envolvidas em corrupção, como por exemplo aprovando leis que fomentem a transparência nas indústrias petrolíferas e mineiras.”

Para mais informações, agradecemos que contacte:

Diarmid O’Sullivan

**+44 7872 620 955 ou
dosullivan@globalwitness.org**

Amy Barry

**+44 7980 664 397 ou
abarry@globalwitness.org**

Para efeito de referência, por favor cite o documento original em Inglês disponível em www.globalwitness.org

¹ Sonangol. Atribuição de Novas Licenças em Angola 2007/2008. Empresas pré-qualificadas para Não-Concessionárias. Lista elaborada em 20 de Dezembro de 2007. Consultada em www.sonangol.co.ao em 21 de Maio de 2009.

² Registo da Sociedade de Hidrocarbonetos de Angola, Lda. Publicado no Diário da República. 14 de Abril de 2008. Documento visto por Global Witness.

³ Ibid.

⁴ Departamento de Estado dos EUA. Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho. Relatório de 2008 sobre Direitos Humanos em Angola. Consultado em www.state.gov

⁵ Fundo Monetário Internacional. Comunicação de Informação Pública. Conselho Directivo do FMI conclusão de 2007 Artigo IV Consulta sobre Angola. 13 de Setembro de 2007. Consultado em www.imf.org

⁶ Save the Children. A Lotaria da Vida-ou-Morte: desigualdade e injustiça na luta para salvar as vidas das crianças. Comunicado de imprensa. 18 de Fevereiro de 2008. Consultado em www.savethechildren.org.uk

⁷ Sonangol. Atribuição de Novas Licenças em Angola. Prorrogação do Prazo de Apresentação de Propostas. Comunicado de imprensa. 28 de Fevereiro de 2009. Consultado em www.sonangol.co.ao em 22 de Julho de 2009.